



Opinião Econômica

Samuel Pessoa

Pesquisador do BTG Pactual e do FGV
IBRE e doutor em economia



A microeconomia de Lula

Presidente precisa saber que até Keynes via momentos de atividade à plena carga

Em entrevista à Globo, na quinta passada, o presidente Lula disse que “o que faz a economia crescer é a microeconomia”. E continuou: “É fazer o dinheiro rodar na mão do povo. Se o dinheiro fica concentrado na mão de meia dúzia de pessoas, o Brasil vai continuar pobre”. A microeconomia do presidente é o que o economista britânico John Maynard Keynes chamou de “princípio da demanda efetiva”. Se há ociosidade generalizada no setor produtivo (máquinas paradas e trabalhadores desempregados), o gasto ou as transferências públicas podem estimular a demanda e gerar crescimento econômico.

Nessas circunstâncias, a pa-

rábola que o presidente sempre nos conta ?joga dinheiro na mão do povo, o povo vai à venda e gasta, o dono da venda faz mais pedidos para a indústria, os estoques da indústria caem e a indústria contrata mais trabalhadores desempregados, que se ocupam das máquinas que estavam paradas? funciona. O final da história é o aumento da produção.

Nessa história, se o governo elevou o gasto imprimindo papel, não houve aumento da dívida pública onerosa. O crescimento veio do ar. Ou melhor, da ociosidade de máquinas e trabalhadores.

Tornou-se popular no Brasil, entre muitos economistas, uma leitura radical de Keynes. É a

ideia de que o estado normal de funcionamento de uma economia de mercado é o de ociosidade perene. Se há essa ociosidade perene, a parábola do presidente sempre funciona: o gasto público sempre gera mais crescimento.

A obra magna de Keynes, a “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, contém passagens que vão nessa direção. Por exemplo, na terceira parte do capítulo 22: “O remédio correto para o ciclo econômico não reside em eliminar os períodos de expansão, mas sim em eliminar as recessões, mantendo-nos, assim, permanentemente em um estado de quase boom econômico”. Ou seja, tudo indica que Lula é um economista keynesia-

no puro-sangue. Mas Keynes, autor complexo, enxergava que havia momentos em que a economia atingia a plena ocupação da capacidade instalada.

Escrevendo sobre a Inglaterra para o Times londrino, em janeiro de 1937, Keynes afirmou: “Mas acredito que estamos nos aproximando ?ou já alcançamos? do ponto em que não há grande vantagem em aplicar um novo estímulo geral na economia.

Enquanto os recursos excedentes estavam amplamente distribuídos entre setores e localidades, não importava muito em que ponto da estrutura econômica o impulso de uma demanda crescente era aplicado. No entanto, crescem as evidências de que a estrutura econômica é, infelizmente, rígida, e de que (por exemplo) a atividade de construção nas regiões próximas à capital é menos eficaz do que se poderia esperar para reduzir o

desemprego nas áreas economicamente deprimidas”.

Keynes descreve uma situação em que deixa de haver ociosidade generalizada na economia.

No mesmo Times em março de 1937, Keynes disse: “É quando a demanda crescente já não é capaz de elevar significativamente a produção e o emprego, esgotando-se principalmente na elevação dos preços, que se pode propriamente falar em inflação. Quando se atinge esse ponto, a nova demanda apenas compete com a demanda existente pelo uso de recursos que já estão sendo plenamente utilizados”.

A pressão inflacionária permanente, e os juros elevados, que seguem dos gastos do governo e da criação de novas demandas, indicam que a economia brasileira se parece com a economia inglesa em 1937. Alguém precisa ensinar esse outro Keynes para Lula.

Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas:
Vai investir na sua empresa?
Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:

Cotribá aprova liquidação e mantém atividades



Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

A Cooperativa Agrícola Mista General Osório (Cotribá) aprovou por unanimidade, ontem, a dissolução voluntária e o início de um processo de liquidação extrajudicial com continuidade das atividades. A decisão foi tomada em assembleia geral extraordinária realizada em Ibirubá, no Noroeste do Rio Grande do Sul, com a participação de 375 associados. O atual presidente, Sergio Strentzke, foi eleito liquidante e continuará à frente da instituição, que enfrenta uma crise financeira com dívidas de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão.

A aprovação abre caminho para a suspensão, por um ano, das ações judiciais movidas contra a cooperativa, prazo que poderá ser prorrogado por mais um ano. A proteção,

prevista na legislação cooperativista, depende da publicação da ata da assembleia no Diário Oficial e não abrange necessariamente todas as modalidades de cobrança.

Em entrevista ao Jornal do Comércio, o coordenador de Marketing da Cotribá e responsável provisório pela assessoria de imprensa, Leandro Schweig, informou que a cooperativa já trabalha na formalização da decisão e prevê que a publicação ocorra nos próximos dois dias.

Além da liquidação e da escolha de Strentzke como liquidante, os associados apontaram a composição do Conselho Fiscal, formado por seis integrantes, entre titulares e suplentes. Schweig afirmou que a principal expectativa da administração é reduzir a pressão das cobranças bancárias, especialmente os bloqueios judiciais de contas, que vinham dificultando o funcionamento da cooperativa.

“A gente tem essa proteção,

principalmente bancária, que era o que nos complicava todo dia”, declarou. A mudança de regime também deverá permitir que a administração passe a concentrar esforços na elaboração de um plano de reorganização financeira.

Segundo Schweig, até agora a cooperativa vinha atuando principalmente para enfrentar problemas imediatos, sem conseguir estruturar uma estratégia de longo prazo. “Porque a gente só trabalhou, até agora, apagando fogo”, afirmou. Com a proteção esperada, acrescentou, a intenção é começar a organizar um plano para enfrentar o endividamento.

O representante confirmou que o passivo permanece estimado em R\$ 1,4 bilhão, valor próximo ao declarado pela Cotribá no pedido de recuperação judicial apresentado em abril. Na ocasião, a instituição informou dívidas de R\$ 1,43 bilhão, distribuídas entre 20.614 credores.

Americanas conclui processo de recuperação judicial

/ VAREJO

A recuperação judicial da Americanas S.A. foi encerrada oficialmente no Juízo da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, segundo informou a assessoria da varejista. A conclusão ocorre após o cumprimento integral das metas do Plano de Recuperação Judicial, aprovado por 91% dos credores.

A recuperação judicial da Americanas S.A. foi encerrada oficialmente no Juízo da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, segundo informou a assessoria da varejista. A conclusão ocorre após o cumprimento integral das metas do Plano de Recuperação Judicial, aprovado por 91% dos credores. As ações das Lojas Americanas dispararam ontem, após a Justiça do Rio de Janeiro encerrar a recuperação judicial da varejista, em decisão anunciada na noite de segunda-feira. As ações da varejista fecharam em alta de 15,58%, cotadas a R\$ 6,90.

No primeiro semestre de 2026, a companhia registrou avanço de 9,3% nas vendas nas mesmas lojas (Same Store Sales) e incremento de R\$ 500 milhões na eficiência operacional. A decisão proferida pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro acatou o pedido de encerramento do processo, solicitado pela companhia em março deste ano. O despacho confirma o cumprimento de todas as obrigações e metas previstas no Plano, que contou com pareceres favoráveis do Ministério Público e do Administrador Judicial. Segundo a companhia, a conclusão do processo marca uma nova etapa na trajetória da Americanas S.A., caracterizada pela disciplina financeira, pelo fortalecimento da governança corporativa e pelo foco na eficiência do varejo de proximidade. “O encerramento da RJ, chancela uma virada de página sem precedentes”, disse Fernando Soares, CEO da Americanas S.A.